

## INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

# Os principais temas da semana para o setor de TI

**Plataformas digitais devem ser reguladas para coibir discurso de ódio, aponta CCS.** Plataformas digitais devem ser regulamentadas para combater o discurso de ódio disseminado pelas redes sociais, afirmaram jornalistas, especialistas e advogados em audiência pública realizada pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional. Segundo a assessora de Comunicação e Cultura do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), **Leticia Cesarino**, é necessário impedir a influência das big techs e tornar transparente a política de algoritmos utilizada por essas empresas, que permitem a propagação de conteúdos criminosos. Um dos **desafios** para a implementação de políticas públicas eficazes de combate ao discurso de ódio é a ambiguidade que esse tipo de comunicação possui no ambiente digital. Já o jornalista **Leonardo Sakamoto** defendeu a criação de uma base de dados unificada sobre o ecossistema digital, políticas de proteção aos comunicadores e a responsabilização das plataformas digitais.

**CPASF aprova audiência pública para debater a proteção dos dados de crianças e adolescentes na internet.** A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) aprovou, nesta semana, requerimento apresentado pela deputada **Andreia Siqueira** (MDB/PA) para realização de audiência pública com o tema “*Proteção dos dados das Crianças e dos Adolescentes na internet*”, no âmbito do PL 1746/2015 (*garante direito de proteção de dados de crianças e adolescentes na internet*). Foram sugeridas as participações do secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Ricardo Garcia Cappelli**; do secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), **Láudio Augusto Vieira da Silva**; e do diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, dentre outros. A data e horário da audiência deverão ser divulgados oportunamente..

**Nova Lei do Bem: Projeto está pronto para inclusão na Ordem do Dia do Plenário.** O deputado **Vitor Lippi** (PSDB-SP) apresentou parecer preliminar pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 4944/2020 (*nova Lei do Bem*) e, no mérito, pela aprovação, na forma de substitutivo. Nesse sentido, a matéria encontra-se pronta para inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados.

**Governo Federal pede cancelamento de urgência constitucional a projeto que veda a dedutibilidade dos JPCs.** A Presidência da República encaminhou mensagem ao Congresso Nacional solicitando o cancelamento da urgência constitucional para o PL 4258/2023 (*vedação a dedutibilidade dos JPC*), enviado ao Congresso Nacional por meio da mensagem nº 430/2023. Desse modo, o projeto aguarda despacho da Mesa Diretora às Comissões. A matéria em questão visa vedar a dedução de juros pagos ou creditados (JPCs) a título de remuneração do capital próprio na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a partir de 1º de janeiro de 2024.

**ANPD divulga agendamento de audiência pública sobre regulamento de transferências internacionais de dados pessoais.** Foi agendada, para 12 de setembro de 2023, a realização da **audiência pública** sobre a minuta de Resolução do Regulamento de transferências internacionais de dados pessoais e do modelo de cláusulas-padrão contratuais. A audiência pública será realizada de forma virtual, por meio do canal da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no YouTube e as **inscrições** poderão ser realizadas entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro de 2023, por meio do link, disponível no portal da ANPD. A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da ANPD e na plataforma Participa Mais Brasil.